

A experiência de mulheres em uma rede de economia solidária no Ceará, em narrativas biográficas

The experience of women in a solidarity economy network on Ceará, in biographical narratives

Janainna Edwiges de Oliveira Pereira

Mestra em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba.

Alicia Ferreira Gonçalves

Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO. O presente artigo tem como foco refletir sobre a experiência de mulheres integrantes de uma rede de economia solidária do Estado do Ceará, a Rede Bodega, que agrega empreendimentos produtivos solidários de quatro municípios, a partir da construção de histórias de vida. Utilizando essa metodologia como base epistemológica deste artigo, pretendemos compreender os significados atribuídos por duas participantes da Rede ao trabalho que realizam nos grupos que participam e a condição da mulher na economia solidária. Suas trajetórias nos mostram que, mesmo a economia solidária tendo uma expressiva participação das mulheres, ainda não atende às suas singularidades. Por mais que tenham como alguns de seus pressupostos a horizontalidade e a igualdade entre os indivíduos, as mulheres também são negligenciadas nesse tipo de economia, sendo necessário que haja um maior debate acerca da condição da mulher na economia solidária, possibilitando que esta seja de fato uma economia igualitária, horizontal e solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária. Trabalho. Gênero.

ABSTRACT. This article focuses on the experience of women members of a solidarity economy network of the State of Ceará, the Bodega Network, which aggregates solid productive enterprises of four municipalities, based on the construction of biographical narratives. Using this methodology as the epistemological basis of this article, we intend the meanings attributed by two participants of the Network, the work of the groups that participate and a condition of women in the solidarity economy. Our trajectories show us that even a solidarity economy with a significant participation of women still does not meet their singularities. Although some of its presuppositions have a horizontality and equality between individuals, they are also neglected in this type of economy, and

there is a need for a greater debate on the condition of women in the solidarity economy, allowing an effective egalitarian economy, horizontal and solidary.

KEYWORDS: Solidarity economy. Job. Genre.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como tema a economia solidária e se volta ao estudo da experiência de mulheres de uma rede de economia solidária do estado do Ceará, a Rede Bodega. Tal Rede foi criada no ano de 2004, pela Cáritas Regional do Ceará¹, a partir de um projeto que tinha como finalidade fomentar ações de produção e comercialização de diversos empreendimentos, acompanhados por meio dos Fundos Rotativos Solidários (FRSs²), formando uma rede (MANCE, 2003) que contribuísse para a consolidação das práticas de economia solidária no Ceará. Inicialmente contando com a participação de 13 grupos, hoje conta com mais de 80 grupos associados, que se distribuem em cinco unidades regionais, compondo a Rede Bodega. São elas: a Bodega Nordeste Vivo e Solidário (BNVS), sediada em Aracati; a Bodega do Povo, sediada em Viçosa do Ceará; a Bodegama, bodega da Associação das Mulheres em Ação (AMA), localizada em Fortaleza; a Arcos, sediada em Sobral; e a Bodega da Vila, criada recentemente e sediada em Maranguape (REDE BODEGA, 2010).

Para analisar as experiências relatadas neste artigo, nos pautamos por Suely Kofes (1994), que aponta que a utilização de histórias de vida na antropologia tende a responder distintas indagações, “sendo instrumentos fundamentais para a compreensão e análise de relações sociais, de processos culturais e do jogo sempre combinado entre atores individuais e experiências sociais, entre objetividade e subjetividade” (KOFES, 1994, p. 140). A autora observa que, mesmo se utilizando de narrativas de um só

¹ Cáritas é uma rede internacional criada em 1897 na Alemanha e que atualmente está presente em mais de 200 países. Em 1956, foi criada por Dom Hélder Câmara, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Cáritas Brasileira, que teve como primeiros objetivos articular as obras sociais da Igreja Católica do Brasil e coordenar o programa de donativos oriundos dos Estados Unidos. Em 1958 iniciou-se a ação da Cáritas no Ceará e em 1967 ela passou a fazer parte da Arquidiocese de Fortaleza (ALMEIDA, 2012).

² Os Fundos Rotativos Solidários são recursos a fundo perdido que, valendo-se das relações de proximidade, associativismo e cooperação entre atores locais, são direcionados a grupos ou empreendimentos que praticam a autogestão e objetivam formar uma poupança, para que seja investida e circule na própria comunidade.

biografado, podemos falar de sociedades e de processos culturais e enfatiza a importância e pertinência da interseção dessas narrativas, situando nesse intercruzamento a relevância de sua dimensão objetiva.

Para o presente artigo trazemos duas estórias de vida: uma de uma artesã da Budegama e outra de uma artesã da BNVS. Por meio de suas narrativas, pretendemos ter uma compreensão do contexto social no qual estão inseridas e suas representações acerca da economia solidária. Para este feito, dialogamos com Suely Kofes (1994) quando esta se refere a “estórias de vida”, considerando estas como “fontes de informação”, que ultrapassam o sujeito que fala, informando sobre o contexto social; como “evocação” do sujeito, transmitindo sua dimensão subjetiva e interpretativa; e como “reflexão”, resultado da relação entre o pesquisador e o entrevistado.

Nos valemos neste trabalho das “estórias de vida” nos pressupostos de tal autora, considerando-as como relatos que se constroem com a motivação do pesquisador, implicando a sua presença como ouvinte e interlocutor; como um material restrito à situação das entrevistas, considerando o que foi narrado pelas pessoas que viveram e relataram essas estórias, sem o uso de outras fontes; e também como uma parcela da vida de tais sujeitos que diz respeito ao tema da pesquisa, não tendo como intenção esgotar as várias facetas de uma biografia (KOFES, 1994, p. 118). Desta forma, não tomamos as estórias de vida como um gênero narrativo de ficção nem trabalhamos com elas com o rigor de um historiador, não sendo necessário utilizar outras fontes de pesquisa.

Por meio das evocações e reflexões das associadas, expostas em suas narrativas, pudemos apreender os caminhos traçados por elas que fizeram com que se aproximassem do âmbito da economia solidária, culminando na associação delas à Rede Bodega. Os relatos nos permitem perceber os deslocamentos desses sujeitos no espaço social e as redes de relações sociais que elas criaram e fortaleceram, propiciando que se inserissem em um empreendimento produtivo solidário.

As duas estórias de vida que analisaremos situam-se em uma pesquisa sobre mulheres e trabalho no âmbito da economia solidária (PEREIRA, 2014). Entre os anos de 2012 e 2014, realizamos entrevistas com três artesãs do empreendimento produtivo

solidário localizado na cidade de Fortaleza, a Budegama³, com o intuito de construir suas narrativas biográficas. Posteriormente, entre 2016 e 2017, realizamos entrevistas com cinco artesãs e uma agricultora do empreendimento produtivo solidário do município de Aracati, a Bodega Nordeste Vivo e Solidário⁴. Para este artigo, a escolha das histórias de vida analisadas se deu tomando como base o fato de estas mulheres serem as que trabalham há mais tempo em seus respectivos empreendimentos. Além das entrevistas, participamos de reuniões e eventos da Rede.

A ESTÓRIA DE VIDA DE MAFALDA

Quando iniciamos a entrevista, Mafalda⁵, que havia conversado com suas colegas (as quais já havíamos entrevistado), foi imediatamente falando sobre o que a motivou a participar da AMA. Comentou que a motivação de entrar e permanecer na AMA está ligada ao fato de gostar de trabalhar em grupo, o que faz desde criança, quando trabalhava produzindo chapéu de palha em uma localidade no interior do Ceará, onde morava. Contou que, nessa época, uma grande quantidade de pessoas se juntava a ela e seus irmãos para trabalhar na confecção de chapéus. Ao chegar em Fortaleza com sua família, sem conhecer muitas pessoas, passou um tempo “isolada”, como ela mesma define sua situação. Somente após casar e ter filhos começou a ingressar em movimentos sociais, como a Pastoral Operária e um grupo formado por empregadas domésticas. Em 1999, em uma escola de alfabetização de adultos, auxiliou na formação de um grupo de mulheres que deu início à AMA um ano depois.

Ao questionamento para que falasse um pouco sobre sua história, Mafalda começa desta forma:

Pois é, eu fiquei viúva muito cedo. Fiquei viúva com quatro filhos, todos entrando na adolescência. Foi barra, viu? Foi barra pesada, essa foi. Mas... enfrentei, hoje tá tudo criado. Mas foi difícil, muito difícil. Foi justamente

³ A Budegama surgiu no ano de 2007, a partir de uma associação de mulheres, a AMA. Ela é composta por seis artesãs e tem como foco a confecção de bonecas de pano. Está localizada em um bairro da periferia de Fortaleza. É a única Bodega da Rede que é formada apenas por um grupo.

⁴ A Bodega Nordeste Vivo e Solidário surgiu no ano de 2004 com a participação de 13 grupos e hoje possui uma média de 50 grupos associados. Participam dos grupos agricultores/as e artesãos/ãs, sendo estes últimos a maioria, e contam hoje com a participação de 59 homens, sendo as mulheres a parcela majoritária, com aproximadamente 200 associadas.

⁵ Os nomes são fictícios.

nesse tempo que eu entrei nos movimentos mesmo para valer, foi quando eu fiquei viúva. Porque meu marido num deixava nem eu arredar o pé de casa. Tinha que cuidar dos filhos, da casa e dele. Mas aí quando eu fiquei viúva eu disse 'é hoje, é agora, é agora que eu me solto'. Me soltei mesmo. Me soltei assim, no dizer de trabalhar e num ter ninguém que me empatasse.⁶

Ao iniciar sua estória a partir do momento em que fica viúva, Mafalda indica como foi um ponto marcante em sua vida a liberdade que vivenciou após o falecimento do marido, pois, como ela aponta em seu relato, isso lhe possibilitou participar mais ativamente nos movimentos sociais e trabalhar para sustentar os filhos sem empecilho algum, já que o marido não gostava que ela trabalhasse fora de casa.

Dessa maneira, Mafalda constrói sua narrativa de vida por meio de elementos como os trabalhos em grupo e a participação ativa em movimentos sociais e vai se constituindo como sujeito a partir de suas experiências: como filha, trabalhadora, mãe, mulher e lutadora. A realização de uma interpretação de sua narrativa permitirá compreender como Mafalda, em seu relato, constrói a si como sujeito, a partir de sua experiência em movimentos sociais, e também como profissional, configurando a AMA como espaço de trabalho e de militância.

Nascida em 1945 e tendo vivido sua infância e adolescência em Moraújo, município localizado a 287 quilômetros de Fortaleza, Mafalda reporta que desde lá já gostava de trabalhar em grupo. Em 1962, aos 17 anos, se mudou com a família para a capital. A mudança foi motivada pela busca de emprego e de melhores condições para a família, apesar do medo dos perigos da cidade grande. Em Fortaleza, continuou a trabalhar com palha de carnaúba e se orgulha em dizer que o enxoval de seu casamento, no ano de 1966, foi comprado com o dinheiro dessa atividade. O trabalho com a palha de carnaúba era complementado com o trabalho com bordado, o qual era vendido para algumas lojas de Fortaleza, e com o trabalho como *sacoleira*, que ela conciliava com os outros, comprando e revendendo peças de roupas.

Tendo concluído até a quarta série do primeiro grau em Moraújo, Mafalda lamenta não ter procurado uma boa escola ao chegar em Fortaleza, o que poderia ter dado um rumo diferente para a sua vida, indicando que se tivesse continuado os estudos talvez não estivesse na economia solidária. Ela voltou a estudar para concluir o primeiro e o segundo graus apenas 40 anos depois, quando já estava viúva, com os quatro filhos adultos e trabalhando na AMA.

⁶ As transcrições feitas pela autora têm a intenção de serem o mais próximo possível da fala das entrevistadas. Pequenas alterações são feitas para melhor compreensão do leitor.

Dos anos que permaneceu casada não faz nenhum comentário, apenas aborda o período em que seu esposo passou a trabalhar pouco e começou a vender o que eles tinham em casa por conta da dependência alcoólica. Nesse período, decidiu que não poderia se amparar apenas nele para sustentar a casa e os filhos e começou a trabalhar fora de casa, como empregada doméstica, contra a vontade do marido.

Relegada à esfera doméstica pelo marido, que reivindicava que ela ficasse em casa cuidando desta, dos filhos e dele, Mafalda passou a trabalhar fora por necessidade, já que o marido não tinha mais renda por gastar tudo com bebidas alcoólicas e cabia a ela sustentar seis pessoas. Desta forma, começou trabalhando como empregada doméstica dois dias na semana e, logo depois, mesmo com a resistência do marido, passou a trabalhar a semana toda. Deixando de se dedicar exclusivamente à casa, ela começou a ter outros contatos e uma nova rede de relações.

No ano de 1982 o marido de Mafalda faleceu. Esse é um dos fatos que ela considera como marcantes em sua vida por diversos motivos. O que se mostra mais enfático em sua narrativa é a liberdade que ela obteve advinda da morte dele. Em alguns momentos de seu relato, ela aborda como passou a ter mais autonomia sobre sua vida e sobre as atividades que desejava realizar, como participar de movimentos sociais e grupos da Igreja, que acabaram fazendo com que chegasse à AMA, além de poder trabalhar sem a opressão do marido. É importante perceber, porém, que a busca por autonomia sempre existiu, mesmo quando seu marido ainda era vivo, o que fez com que trabalhasse fora de casa desde cedo.

Trabalhando como doméstica, ela começou a participar de um grupo semelhante à AMA, que, como ela ressalta, praticava a economia solidária mesmo sem saber que o fazia. No grupo, eles compravam vários produtos alimentícios e dividiam entre os participantes para que vendessem e gerasse renda, era uma espécie de bodega em cada casa.

Anos depois, em 1999, começou a frequentar uma escola de alfabetização de adultos (mesmo já sendo alfabetizada). Lá formou um grupo de mulheres para trabalhar com artesanato, do qual se originou a AMA. Desde então não deixou mais de trabalhar com artesanato, sendo uma das poucas que continuam na AMA desde sua formação. Com alguns problemas de saúde e uma mãe idosa para cuidar, hoje sua rotina na Budegama é inconstante, havendo períodos que tem que se ausentar da loja. Porém,

quando indagada sobre seus projetos para o futuro, ela responde: “Vou ficar aqui mesmo por aqui por a Bodega, enquanto Deus me der força. Enquanto eu ver que eu não estou atrapalhando”.

A estória de vida de Mafalda, apesar de ser uma experiência singular e de ser sua interpretação, com uma estrutura própria, que tem como eixos norteadores o trabalho coletivo e sua autonomia como mulher trabalhadora, nos informa sobre um contexto social mais amplo. Ao intercruzar sua estória com a de outras associadas da Budegama, nos colocamos diante de histórias que são exemplares em diversos aspectos e têm certa generalização: situações em que famílias saem da zona rural para as capitais em busca de melhores condições de vida e as dificuldades enfrentadas por elas, principalmente pela falta de instrução; casos de dupla jornada que as mulheres enfrentam, trabalhando fora e dentro de casa; trabalhos precários aos quais grande parte da população é submetida, principalmente as mulheres da periferia e com baixa instrução; a opressão que as mulheres sofrem em seus lares, advinda em sua maioria dos maridos que, entre outras formas de violência, não deixam que trabalhem fora.

A interconexão da experiência de Mafalda com a de outras mulheres que trabalham na economia solidária nos elucidam sobre alguns fatores que propiciam que estas mulheres comecem a participar de um empreendimento solidário: a participação em movimentos sociais, muitas vezes ligados à Igreja católica⁷, e o trabalho em grupo, realizado geralmente desde criança, no âmbito familiar; a possibilidade de geração de renda – por mais que seja ínfima, mas que é uma alternativa econômica dentro do sistema capitalista, no qual a precarização do trabalho atinge de forma mais incisiva as mulheres – que permite certa autonomia para estas mulheres, principalmente para as que vivem da renda de terceiros.

A ESTÓRIA DE VIDA DE LAILA

Ao pedirmos para que falasse sobre sua vida, Laila riu e começou dizendo que nasceu em uma localidade chamada Fontainha, mas que quando tinha oito anos de idade

⁷ Segundo Lechat (2004), a Igreja tem forte presença no campo da economia solidária não por acaso. A doutrina social dessa apresenta-se como solução intermediária frente ao desgaste da ideologia neoliberal, sendo a economia solidária um tema caro a ela, fazendo parte de um conjunto de ações direcionadas às classes trabalhadoras e aos pobres.

seus pais foram morar na Prainha do Canto Verde e desde então é lá onde mora. Hoje está com 53 anos. Ao continuar sua narrativa, Laila conta que com 19 anos casou, mas que dos seus 14 aos 18 anos morou em Fortaleza. Casou-se ao voltar para a Prainha, tendo seu primeiro filho com 22 anos e a segunda filha aos 30 anos.

Após essa breve narrativa sobre alguns fatos de sua vida, observa que gosta bastante do lugar que mora e que não tem vontade de sair de lá. Assim como também aprecia muito trabalhar com as mãos e não gosta de ficar parada. Após isso, comenta sobre um momento muito difícil de sua vida, que foi a morte de seu primogênito e a dificuldade de aceitar tal perda. Foi o trabalho na pousada, com o turismo comunitário, assim como as conversas com outras pessoas, que ajudaram a superar tal momento. Fazendo sempre referência a Deus, agradecendo a vida que tem, observa que, apesar das dificuldades, sente-se uma pessoa muito feliz.

Em nossa primeira conversa, nenhuma referência à infância ou à adolescência foi feita, nem mesmo detalhes sobre os anos vividos em Fortaleza. O casamento, os filhos e o trabalho se destacam em sua narrativa de vida. Fazendo constantes referências à sua família e aos trabalhos que realizou ou ainda realiza, o gosto por criar artesanatos e ensinar aos outros, focando sempre na questão do trabalho coletivo, Laila constrói sua narrativa de vida se constituindo como sujeito a partir de suas experiências como mulher, filha, mãe, esposa e trabalhadora, que sempre está à frente dos negócios da família.

Filha de pai pescador e mãe *labirinteira*⁸, Laila conta que a vida de sua família não era fácil. Para estudarem, tinham que ir para outra *comunidade*⁹, onde uma senhora lhes ensinava. Para isso tinham que caminhar por volta de seis quilômetros, saindo de manhã cedo e voltando ao meio-dia.

Sendo a terceira filha mais velha, ajudava muito a sua mãe no trabalho doméstico e na criação de seus irmãos, sendo chamada de mãe por alguns deles. Além disso começou a trabalhar com artesanato muito cedo, bordando labirinto, atividade que aprendeu com a mãe.

⁸ Labirinteira é o nome que se dá à artesã que produz o labirinto, um tipo de bordado bastante difundido no Nordeste do Brasil.

⁹ Aqui utilizo a categoria comunidade no sentido êmico, usado pela entrevistada, que se refere a uma localidade vizinha de onde morava, com um pouco mais de recursos.

Mas a gente... era duro. A gente trabalhava, ela não criava a gente solto na rua. A gente ia para aula, chegava e ia ajudar ela lavando louça, limpando peixe, fazendo labirinto. Porque meu pai pescava e ela mesmo que ajudava na renda. Então assim, ela botava a gente para fazer também. Até meus irmãos homens faziam labirinto.

Aos 12 anos conta que foi trabalhar fora pela primeira vez, na casa de um parente. Entretanto, a condição que sua mãe impôs para que ela fosse era de que pudesse estudar. Laila passou alguns meses trabalhando nesta casa, mas devido ao trabalho pesado resolveu voltar para junto dos pais e ajudar sua mãe. Aos 14 anos, novamente apareceu a possibilidade de trabalhar na casa de uma família, agora em Fortaleza. Com a mesma condição, de poder estudar, sua mãe a deixou ir. Dessa vez ficou quatro anos. Trabalhando durante o dia e estudando a noite, chegou a cursar até a sétima série, mas não terminou o primeiro grau. Diz que foi uma época muito boa, de muitos aprendizados, época que Fortaleza era maravilhosa, em suas palavras, e que podia andar a pé tranquilamente pela cidade com as amigas.

Aos 18 anos, voltou a morar na Prainha e logo depois, aos 19 anos, casou-se. O casamento marcou uma nova fase na vida de Laila. Após alguns anos morando em Fortaleza, voltou para o seio de sua família e logo começou a constituir sua própria família. Com isso, deixou de trabalhar para outras pessoas e iniciou sua jornada de empreendimentos próprios junto ao esposo e familiares.

Laila continuou trabalhando com a confecção de labirinto e, junto a seu esposo, montou uma mercearia, o primeiro ponto comercial do casal. Um ano e meio após ter seu primeiro filho, seu esposo decidiu ir trabalhar em Manaus, onde permaneceu por três anos. Com o seu retorno para a Prainha, resolveram abrir uma pousada e um restaurante. Esse período coincidiu com o aumento do turismo na localidade e o surgimento de projetos sociais de apoio ao turismo, à pesca, ao artesanato, entre outros.

Concomitante ao início do trabalho na pousada e no restaurante, na década de 1990, Laila começou a participar de um projeto ensinando artesanato a jovens e adultos na escola da localidade, projeto que lhe deu muita alegria e orgulho, por ver outras pessoas aprendendo o que ela tanto gostava de ensinar. Com o fim desse projeto na escola, Laila continuou a produzir artesanato com algumas pessoas da Prainha, associando-se à BNVS. Mesmo sem retorno financeiro, Laila conta que sentia satisfação em trabalhar com artesanato e passar o conhecimento que tinha a outras pessoas.

Tendo hoje o trabalho na pousada como sua principal fonte de renda, Laila produz seus artesanatos quando não está ocupada com esse serviço. As encomendas e os produtos para a Bodega de Aracati são produzidos em seu tempo livre e pelas outras artesãs dos dois grupos existentes na Prainha. Sendo uma das associadas da Prainha do Canto Verde mais atuante na Rede Bodega, Laila concilia hoje o trabalho na pousada, a produção de artesanato e a participação em reuniões da Rede e em feiras de economia solidária.

A estória de vida de Laila também nos dá uma série de informações: sobre o trabalho doméstico que, para as mulheres, inicia-se desde cedo, ainda criança, as quais, além da casa, frequentemente cuidam dos irmãos mais novos; a necessidade de sair da cidade natal para cidades maiores para estudar e, na maioria das vezes, trabalhar em casas de família; o retorno para a mesma cidade após terminar os estudos, onde constituem uma família.

Para além das generalizações, a estória de Laila tem suas singularidades. Ao inter cruzar sua narrativa com a de outras entrevistadas, Laila aparece como uma das poucas que tem um negócio próprio além do trabalho com artesanato, o que a diferencia do perfil de outras artesãs da Prainha do Canto Verde. A maioria das associadas não possui renda advinda de outro trabalho, sendo a renda principal da casa o salário dos maridos.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS MULHERES

Nas narrativas apresentadas das associadas, vimos trajetórias diferentes no que concerne a suas vidas profissionais. Mafalda começou a trabalhar desde pequena com palha de carnaúba. Após se casar, começou a trabalhar fora de casa, a contragosto do marido, que queria que ela ficasse cuidando da casa e dos filhos. Entretanto, como seu esposo gastava tudo que tinha com bebida alcoólica, ela precisava trabalhar para sustentar seis pessoas. Desta forma, ingressou no trabalho como empregada doméstica e também como *sacoleira*. Laila, que trabalhou desde pequena em sua casa e na confecção de labirinto e na adolescência atuou em casa de família, após o casamento

passou a se dedicar a empreendimentos próprios de sua família. Mas há também uma semelhança nessas trajetórias: nenhuma delas trabalhou com carteira assinada.

As histórias de vida dessas artesãs ilustram a realidade perversa do mundo do trabalho no sistema capitalista, que atinge principalmente as mulheres e, em maior escala, as que são da periferia e não têm grau de instrução elevado. Além disso, evidenciam a dupla jornada que grande parte das mulheres têm que dar conta, trabalhando fora de casa e dentro dela, com os afazeres domésticos. Tal situação leva uma grande parte dessas mulheres ao trabalho informal, sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas básicos.

Apesar da participação em oficinas e formações feministas proporcionadas pela Rede Bodega e instituições parceiras, as quais enfatizam a igualdade entre os sexos (incluindo o que concerne à divisão do trabalho) e estimulam o empoderamento feminino, algumas das associadas ainda reproduzem discursos que diferenciam as atividades tidas como femininas, e “próprias” às mulheres, daquelas consideradas masculinas, que seriam atributo dos homens. É presente também o entendimento da exclusiva obrigação das mulheres na realização de certas tarefas domésticas.

Lechat (2004) ressalta que, mesmo não sendo um adjetivo qualificativo da economia solidária, entre os valores e as representações que acompanham a apresentação da economia solidária há a questão do feminino. A autora observa que a economia solidária é muitas vezes apresentada como uma economia do feminino, da doação, principalmente por autores como Marcos Arruda (1998) e Paul Singer¹⁰. Já outros autores se referem a ela de forma mais factual, como um setor em que as mulheres estão em maior número, como é o caso de Luiz Inácio Gaiger e Armando de Melo Lisboa (2000, apud LECHAT, 2004, p. 124). Lechat expõe um trecho de uma publicação do GT de economia solidária para o II Fórum Social Mundial que diz que “[...] a Economia Solidária resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado” (GT Brasileiro de Economia Solidária/FSM, 2002 apud LECHAT, 2004, p. 124). Logo em seguida, cita outro trecho de um texto produzido para o Fórum Nacional de Economia Solidária em 2003:

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino

¹⁰ Sobre Paul Singer, Lechat aponta que o autor coloca isto mais em suas falas que em seus escritos.

numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade (GT BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003 apud LECHAT, 2004, p. 124)¹¹.

Ou seja, o lugar fundamental da mulher e do feminino nessa economia é apontado como um ponto de convergência, como uma aceitação geral. E a autora se pergunta se “[...] a escolha de uma noção de economia enquanto gestão da casa teria levado a uma assimilação desta à sua administradora tradicional, a mulher?” (LECHAT, 2004, p. 124).

Dando continuidade ao seu pensamento, Lechat aponta que, devido à associação da noção de economia à de solidariedade feita por alguns autores, que também trazem a visão de que as mulheres em todas as sociedades sempre encarnaram o símbolo do dom, pode-se pensar “[...] que o lado não mercantil e solidário deste tipo de economia seria visto, pelo senso comum, como característica preferencialmente feminina” (GUÉRIN, 2005, p. 125). Entretanto, a autora ressalta que esta visão não é compartilhada por todos os autores, como por exemplo Strathern¹².

Lechat aponta também outra vertente que debate a relação da questão feminina com a economia solidária, a qual se baseia na luta das mulheres pelos seus direitos e pelo seu reconhecimento. Para alguns autores, como Singer (2002), este seria um dos fatores que favorecem a adoção de práticas autogestionárias na economia solidária.

Em suma, fazendo um apanhado de estudos acerca da temática, Lechat pontua a existência de pelo menos três interpretações quanto à associação entre a economia solidária e o gênero feminino: a primeira é factual, referindo-se à economia solidária como um setor em que as mulheres são maioria¹³; a segunda, de senso comum, associa o lado não mercantil e solidário desse tipo de economia como característica

¹¹ GT Brasileiro de Economia Solidária. Textos para preparação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003b.

¹² Strathern em seus escritos e falas critica o fato de a mulher ser estereotipicamente relegada ao polo sentimental da vida social. Em entrevista a Eduardo Viveiros de Castro e Carlos Fausto, a autora aponta que a palavra “sociabilidade” em inglês significa uma experiência de comunidade, de empatia, e prefere utilizar o termo “socialidade”, já que este não carrega essa conotação sentimental que alguns autores dão à noção de relacionalidade. Como feminista, a autora diz que repudia tal sentimentalização pelo fato, como já falado, da estereotipação do ato de relacionar a mulher com o âmbito sentimental da vida social (STRATHERN, 1999).

¹³ Segundo dados publicados pela Senaes em 2007, os homens representam 64% e as mulheres 36% na participação em empreendimentos solidários. Mais informações no site: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>.

preferencialmente feminina; e a terceira, histórica, que relaciona a luta das mulheres por seus direitos à adoção de práticas autogestionárias no seio da economia solidária (LECHAT, 2004, p. 124-125).

Sobre a primeira interpretação, factual, a autora levanta algumas hipóteses explicativas, como:

- 1 – As atividades de economia solidária são, na sua maioria, atividades tradicionais e femininas, como alimentação, costura e artesanato decorativo;
- 2 – São principalmente as mulheres que procuram formas alternativas de renda, pois devem conciliar trabalho doméstico e atividades que proporcionam renda;
- 3 – Os movimentos católicos são grandes fomentadores de empreendimentos econômicos solidários e têm tradicionalmente uma clientela, na sua maioria, feminina;
- 4 – Culturalmente a mulher estaria mais preparada para trabalhar de maneira solidária (LECHAT, 2004, p. 124-125).

Sobre a segunda interpretação, que insiste em uma “essência feminina” da economia solidária, atribuindo a isso um valor positivo, Lechat aponta que é uma interpretação bastante discutível e que não encontra respaldo em uma antropologia que interpreta o gênero como uma questão cultural e não de essência. A autora expõe que:

Strathern, no seu livro *The gender of the gift*, afirma que o imaginário de gênero estrutura conceitos e relações. No caso em estudo é a economia solidária que é considerada como feminina. Segundo Heilborn, a função feminina, determinada pela especialização biológica dos corpos, ou seja, a da reprodução, é estendida a outros campos, por intermediário de mecanismos ideológicos. Assim, “seu caráter primariamente natural é transposto para outras atribuições culturalmente destinadas ao sexo feminino” como é o caso das tarefas domésticas e de cuidado à prole. Já que estas tarefas são desenvolvidas em geral na esfera da economia de não mercado e da economia não monetária, onde solidariedade tende a ser mais importante do que a concorrência, esta característica vem a ser conceituada culturalmente como feminina (LECHAT, 2004, p. 126).

Desta forma, uma característica que seria primariamente natural se transpõe para outras atribuições culturalmente destinadas às mulheres, como, por exemplo, as tarefas domésticas e o cuidar da prole.

A terceira interpretação envereda para as conquistas das mulheres nas últimas décadas, “[...] como uma democratização maior das relações sociais em geral e entre os gêneros” (LECHAT, 2004, p. 126). A autora aponta que a economia solidária pretende incluir estes valores em sua ética, o que é bastante coerente, já que a economia solidária prima pela igualdade entre os indivíduos.

Jussara Costa (2011) chama a atenção para a expressiva participação das mulheres na economia solidária e sugere que os indicadores mais importantes para

analisar as relações de gênero neste âmbito são os tipos de grupos nos quais a presença das mulheres predomina. De acordo com dados divulgados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), as mulheres são maioria nos empreendimentos menores, que agregam até dez pessoas, enquanto os homens predominam nos empreendimentos com mais de 20 pessoas. Os empreendimentos com menor número de integrantes, segundo a autora,

[...] tendem, via de regra, a funcionar na informalidade; acessam poucos recursos, na maioria das vezes do próprio grupo ou de fundos assistenciais de igrejas ou organizações menos restritivas quanto a critérios de viabilidade do investimento e até mesmo ao monitoramento da aplicação. Em boa parte dos casos, as atividades que desenvolvem funcionam como complemento à renda obtida com outras atividades ou por outros membros das famílias. Mesmo assim, conseguem sobreviver às dificuldades, surpreender na capacidade de serem autogestionários e participar com frequência de organizações políticas como fóruns e redes (COSTA, 2011, p. 21-22).

Para justificar a presença expressiva das mulheres em tais tipos de empreendimentos, ou seja, os menores, Costa (2011) afirma haver uma relação entre a necessidade que as mulheres têm de conciliar o trabalho no empreendimento solidário com o trabalho no âmbito familiar. Desta forma, não dispõem de tempo para os complexos mecanismos da formalização e gestão econômico-financeira do empreendimento, sendo este um fato relevante que agrava a situação de precarização que já experimentam as que vivem na informalidade.

As mulheres da Rede Bodega as quais entrevistamos, tanto as da Budegama como as da BNVS, têm o trabalho doméstico como atividade de sua responsabilidade. Mesmo as que têm maridos e filhos que realizam também tarefas domésticas, ainda concentram a maior parcela de afazeres. Assim, precisam conciliar o trabalho fora de casa com os trabalhos domésticos.

Guérin (2005) aponta que, devido à difícil conciliação entre vida familiar e vida profissional, ao constante crescimento de responsabilidades materiais – que incluem o aumento do gasto com os filhos e a persistência do desemprego masculino –, às dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, geralmente as mulheres são as primeiras a se mobilizarem e se auto-organizarem. Segundo a autora, as experiências associativas são para elas um meio de aliviar o cotidiano e são conduzidas a tais atividades devido a suas necessidades. Como elucidado pelas narrativas das associadas,

a autora expõe que “[...] o alívio de suas obrigações por meio de seu compartilhamento e da melhora de seu cotidiano são um primeiro resultado em si” (GUÉRIN, 2005, p. 17).

Entretanto, a autora observa que facilitar o acesso da mulher a atividades de geração de renda não é suficiente para garantir uma igualdade real, pois esta enfrenta três obstáculos principais: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e, por fim, a desigualdade na divisão das obrigações familiares. A economia solidária, segundo a autora, pode favorecer a eliminação desses bloqueios a partir de três funções intersticiais, pois desempenha um papel de justiça de proximidade; constitui espaço de discussão, reflexão e deliberação coletivas, dando espaço de fala pública a quem geralmente não tem, possibilitando a mudança das instituições por meio de reivindicações; e contribui com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocitárias¹⁴, o que, segundo a autora, torna possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares.

Ao analisar os relatos de vida das associadas, vemos como o trabalho se relaciona com a vida familiar e suas obrigações. Mafalda pôde participar com mais afinco de movimentos sociais e trabalhar fora de casa com mais “sossego” após a morte do marido. Laila, assim como outras mulheres que entrevistamos, expressa que o encargo do cuidado da casa e quem resolve a maioria dos problemas da ordem do doméstico, do privado, é ela. E mesmo possuindo autonomia para ir para reuniões, passar alguns dias foras por conta do trabalho, justifica esse poder de se ausentar por já ter cumprido sua principal tarefa, que é criar a família. Assim como Laila, os discursos de outras mulheres da Rede também expressam essa espécie de explicação do porquê de ser possível passar certo tempo fora de casa, que é o fato de não necessitar mais ter tanta responsabilidade com a prole.

As narrativas de algumas associadas apontam para o fato de, nas condições de informalidade e precarização do trabalho em que sempre viveram, a associação à Rede ter se tornado a melhor opção de trabalho. Mesmo sem assegurar alguns direitos básicos, como a aposentadoria, a economia solidária se mostra como o caminho mais viável para se ter uma renda. Entretanto, como abordam as autoras citadas

¹⁴ Para Guérin (2005), as práticas recíprocitárias são consideradas uma forma completa de agir economicamente. A finalidade econômica é acompanhada por uma finalidade social, estando o auxílio mútuo e a reciprocidade no âmago da ação econômica (GUÉRIN, 2005, p. 80).

anteriormente, até mesmo no âmbito da economia solidária as mulheres ainda são negligenciadas.

A economia solidária, mesmo tendo uma expressiva participação das mulheres (embora em empreendimentos pequenos), ainda não atende às suas singularidades. Por mais que tenha como alguns de seus pressupostos a horizontalidade e a igualdade entre os indivíduos, as mulheres também são negligenciadas nesse tipo de economia. A dupla jornada que muitas são obrigadas a cumprir é um dos empecilhos para que possam participar mais ativamente nos empreendimentos solidários. O que as entrevistas indicam é que é necessário que haja um maior debate acerca da condição da mulher na economia solidária, possibilitando que esta seja de fato uma economia igualitária, horizontal e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das narrativas biográficas apresentadas neste artigo, podemos refletir sobre o papel e o lugar das mulheres na economia solidária. Neste caso, apresentamos duas biografias elaboradas por mulheres que atuam em dois empreendimentos produtivos solidários no estado do Ceará. Questões antropológicas emergiram das narrativas, a primeira refere-se à relação entre estrutura e ação – tão caras à antropologia. E a segunda, ao lugar e o papel da mulher na economia solidária, ao menos no nordeste do país. Quanto à primeira questão, a falsa dicotomia entre estrutura e ação foi transcendida nas narrativas e podemos entender que a participação das mulheres na economia solidária nos permite inferir certa forma de ressignificar a estrutura social, na medida em que conseguiram uma relativa autonomia financeira e, deste modo, alteraram suas condições de vida. Se elas não se empregam no mercado formal de trabalho, integram a economia solidária que lhes permite alguma renda e de certa forma uma consciência política, no caso de Mafalda. Mafalda tem um histórico de participação nos movimentos sociais do Ceará alguns apoiados pelas comunidades eclesiais de base. A economia solidária torna-se então, o espaço do trabalho, da geração de renda e da militância.

Já Laila teceu uma trajetória que representa a condição das mulheres no nordeste brasileiro em área menos urbanizadas: poucos anos de escolaridade formal, não

inserção no mercado de trabalho formal, casamento e filhos. Tendo montado negócio próprio e participado da Rede Bodega, Laila tem condição diferenciada em relação ao aspecto financeiro e também à ampliação de sua consciência política. Contudo, quanto à segunda questão, as narrativas nos sinalizam para a reprodução de um padrão de relações de gênero. O lugar atribuído às mulheres continua sendo o espaço doméstico e, nos empreendimentos solidários, em afazeres considerados de mulheres, o que no conjunto da economia solidária significa atividades com menos geração de renda e, talvez, menos valorizadas socialmente. Não podemos generalizar esta análise e estendê-la ao campo da economia solidária no Brasil, contudo, podemos generalizar dentro deste caso etnográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Marcos. **O “feminino criador”**: socioeconomia solidária e educação. Texto apresentado na ANPED, setembro de 1998.

COSTA, Jussara C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Experiências em economia solidária no Estado do Ceará**. Campinas, SP: Unicamp/CMU - publicações; Arte Escrita, 2009a.

_____. **Economia da dádiva e os fundos rotativos solidários**. Reciprocidade e mercado em comunidades rurais no Estado da Paraíba. Projeto de Pesquisa, CNPq, 2009b.

GT BRASILEIRO de Economia Solidária/FSM. **Alternativa concreta de radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidário e sustentável**. Porto Alegre, 2002.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2005.

GUSSI, A., SANTOS FILHO, C.; ALMEIDA, G. F. B. **A experiência de fomento público a fundos rotativos solidários no Nordeste**: o caso da Rede Bodega. IPEA. Mercado de trabalho, n. 50, 2012.

HEILBORN, M. L. **Conversa de portão**: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1984.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas: Mercados de letras, 2001.

_____. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 117 – 141, 1994.

_____. Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser? In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela. (org.). **Vida & Grafias**: Narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015.

LECHAT, Noelle Marie Paule. **Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil**. 2004. 392 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

LEITE, Marcia de Paula. **A economia solidária e o trabalho associativo**: teorias e realidades. RBCS, v. 24 n. 69, p. 31 – 51, 2009.

LISBOA, Armando. Os desafios da economia popular solidária. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 189, p. 51-67, out. 2000.

MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Formas e razão de trocas nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.

PAULINO, Antonio George Lopes. **Economia Solidária como Projeto Cultural e Político**: A experiência do Banco Palmas. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

PEREIRA, Janainna Edwiges de Oliveira. **A experiência de um empreendimento solidário de mulheres de Fortaleza, em narrativas biográficas**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2014.

POCHMANN, Marcio. *Economia Solidária no Brasil*: possibilidades e limites. IPEA, 2004.

REDE BODEGA. **Relatório Final do Projeto Rede Bodega**: Constituindo Fundos de Produção e Comercialização Solidária – período agosto de 2008 a julho de 2010. (Relatório) Fortaleza, 2010.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Senaes: Uma experiência brasileira de política de economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al. (Orgs.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 201-206.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. **Mana**, v.5, n.2, Rio de Janeiro, Oct. 1999.

_____. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Tradução: André Villalobos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.